

JUNQUEIRA, Helena J. Consequências
sociais da Urbanização para
a Criança. Itália, 1964. (Tra-
balho apresentado ao seminário
realizado pela UNICEF.)

6-1.

Marla Aparecida Godinho
Assistente Social - Pref. S.S. 101

23

CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA

URBANIZAÇÃO PARA A

CRIANÇA

POR HELENA IRACY JUNQUEIRA

TRABALHO APRESENTADO AO

SEMINÁRIO REALIZADO PELA

UNICEF - 1964

EM BELLAGIO, ITALIA

CONSEQUENCIAS SOCIAIS DO PROCESSO DE
URBANIZAÇÃO PARA A CRIANÇA

Conteúdo

	PG.
INTRODUÇÃO - Alguns Aspectos do Brasil	1
I - O Desenvolvimento Social Não acompanha o ritmo do desenvolvimento econômico	2
II - O Processo de Urbanização e Migrações internas - principais causas e conseqüências	7
III - Condições em que vivem as crianças nos cortiços e nas favelas	10
IV - Avaliação dos Programas atuais relacionados com a proteção à criança e à juventude.....	12
Planejamento Nacional	13
Planejamento Regional	13
Programas Específicos	14
Saúde	14
Habitação	15
Educação	19
Proteção Social à Família	22
Proteção à infância e juventude	24
A Contribuição da UNICEF no Brasil	27
V - Medidas a serem tomadas para a melhoria da situação da criança e da juventude	27
1) Integração do Bem Estar Social no Planejamento Para o Desenvolvimento	27
2) Formulação de uma Política do Bem Estar Social Centrada na Família e em base comunitária	28
3) Proteção à criança e à juventude integrada nos programas de proteção à família	29
4) Setores que exigem atendimento especial	30
5) Prioridades	31
6) Alguns Pontos relevantes no desenvolvimento dos Programas	32
Gráfico Nº 1	
Gráfico Nº 2	
Gráfico Nº 3	
Gráfico Nº 4	
Fontes Consultadas para os gráficos	35
Regiões e Estados do Brasil	36
Unidades da Federação Por Zonas	37

OBRAS CONSULTADAS

	<u>PG.</u>
1) Anuário Estatístico do Brasil - IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); 1956	1
2) Censo de 1960 - IBGE	1
3) Toda população domicíliada em séde de distrito é considerada urbana na classificação adotada pelo IBGE	1
4) Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1962.	2
5) Furtado, Celso - "A Pré-Revolução Brasileira", Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1963, pg. 62	3
6) Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico Social 1963-1965 Síntese - Presidência da República, pg. 23	3
7) Ribeiro, Darcy - "A Universidade e a Nação", Revista "Educação e Ciências Sociais", INEP - Min. Ed. e Cultura, Nº19 pg. 19 - 1962	4
8) Lambert, Jacques - "Os Dois Brasis", Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP - Min. Ed. e Cultura - Rio de Janeiro, Brasil 1959 - pg. 212	4
9) Ribeiro, Darcy - obra citada, pg. 20	4
10) Coutinho, José de Oliveira - "Óbices para a Solução dos Problemas Médico Sanitários em Áreas de Subdesenvolvimento" Arquivos de Higiene e Saúde Pública; Secretaria da Saúde Pública e Assistência Social; São Paulo, Junho 1963, Nº 96 pg. 110	4
11) "Desarrollo Economico y Social e A. Latina", UNICEF Nº 32, 1963	5
12) Coutinho, José de Oliveira; obra citada, pg. 105	5
13) Coutinho, José de Oliveira, obra citada, pg. 106	5
14) Centro de Investigação e Ação Social; Roberto Velarmino-cias; Santiago, Chile - Síntese da tipologia socio-econômica dos países latino americanos ... "Desenvolvimento & Conjuntura" 7 (3) 74 - 79 Março 1963	6
15) Mascarenhas, Prof. Rodolfo Santos; "Administração em Saúde Pública 1º Seminário de Saúde Pública, Fortaleza, Ceara; Brasil, Outubro 1963	6
16) Furtado, Celso - obra citada, pg. 14	6
17) Fonte, Estanisláu Fischlowitz; "Dinamismo Populacional e Desenvolvimento Econômico-Social", em Síntese Política Econômica Social; Rio de Janeiro, Brasil - Janeiro-Março de 1962, pg. 56	7
18) "Aspectos Sociais da Explosão Demográfica", Revista Síntese Política Econômica Social; Rio de Janeiro-Brasil; Nº16; Outubro-Dezembro; 1962, pg. 74	8
19) Beltrão, S.J. Pe. Pedro Calderan - "Família e Política Social"; Editora Agir, Rio de Janeiro, Brasil, 1962, pg. 111	9
20) Fischlowitz, Estanislaw - "Proteção Social à Família"; Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil, 1963, pg. 321	9
21) "Os Cortiços de São Paulo"; Revista Anhembi; Número 139; Junho 1962; São Paulo, Brasil	10

	PG.
22) Resumo do Estudo da Estrutura Urbana de São Paulo - Cuadernos Latinoamericanos da Economia Humana - Nº 3, 1958; Montevideo-Uruguai	12
23) Ponto de vista êsse amplamente expandido pela UNICEF, em suas recentes publicações, "Children of the Developing Countries, A Report by UNICEF - 1963; - Sicault, Georges "The Needs of Children"; UNICEF; 1963	12
23A) O presente estudo foi redigido nos meses de Novembro e Dezembro de 1963	13
24) Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social; 1963 1965 pg. 85	13
25) Oliveira Mota, Fernandes - Sudene e o Planejamento Regional", Síntese Política Econômica Social; Rio de Janeiro; Brasil Nº 17; Janeiro - Março, 1963, pg. 33	14
26) União Pan Americana; Aliança para o Progresso, OEA; Documentos Oficiais OEA, Série HXI, português 1961	14
27) Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico e Social - obra citada, pg. 96	14
28) Mascarenhas, Prof. Rodolfo dos Santos - obra citada	14
28A) De acôrdo com discurso do Ministro do Planejamento, Prof. Roberto Campos, Pronunciado em S. Paulo em 25 de Agosto de 1964 é de 7 milhões o deficit e de 500 mil a demanda de novas moradias	15
29) "Desfavelamento do Canindé"; Prefeitura do Município de São Paulo	15
29A) Foi sancionada em princípios de Setembro de 1964, com 30 vetos, pendente ainda do pronunciamento do legislativo, a lei federal que cria o Banco Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo	16
30) Guerra, Gildo Mário Porto - "Serviço Social Contra o Mocambo"; trabalho apresentado ao Seminário de Habitação e Reforma Urbana; - São Paulo - Brasil; Julho de 1963	17
31) Dados colhidos no Relatório de 1962 do Grupo de Planejamento da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo .	20
32) Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico Social; obra citada pg. 90	21
33) Ribeiro, Darcy - Obra citada, pg. 29	22
34) Dados colhidos do Relatório sôbre o Serviço de Educação de Adultos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pelo Prof. José Camarinha Nascimento - Apresentado ao Encontro de Técnicos para Estudo em Desenvolvimento de Comunidade, organizado pelo Serviço Social do Estado de São Paulo; 1962	22
35) Dados retirados do Relatório de 1962 do Grupo de Planejamento da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo	22
36) Dados obtidos diretamente junto a funcionários autorizados do Juizado de Menores da Comarca da Capital	23

- 37) "The Development of National Services Programmes" -
United Nations E/CN. 5/333, March 1959, pg. 39, item 6 .. 23
- 38) Dados levantados pela aluna estagiária da Escola de Ser-
viço Social, Ana Lélia Valarelli, para seu Trabalho de
Conclusão de Curso 24
- 39) Essas Jornadas realizam-se sob o patrocínio do Departa-
mento Nacional da Criança, do Ministério da Saúde 24
- 40) Informação fornecida pelo Diretor do Serviço Social de
Menores do Estado de São Paulo 25
- 41) Ante projeto elaborado pela Comissão designada pela Porta-
ria Ministerial (Ministério da Justiça) Nº 98-B de 10/5/63 26
- 42) UNICEF, Serviços de Saúde, Programas de Nutrição, Adestra-
mento de Pessoal, Educação, Serviços Sociais, Auxílio de
Emergência 27
- 43) Myrdal, Gunnar - "O Estado do Futuro" Zahar Editora, Rio
de Janeiro, Brasil, 1962, pg. 141 29

CONSEQUENCIAS SOCIAIS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO PARA A CRIANÇA

INTRODUÇÃO

Ao estudar este tema, focalizamos a situação no Brasil, salientando aspectos especiais observados na cidade de São Paulo.

Para melhor situar os leitores de outros continentes apresentamos, preliminarmente, uma breve informação sobre o País e alguns dados sobre a Cidade.

Com um território de mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, o Brasil abrange 50% da área da América do Sul, situando-se sua maior parte na zona tropical, com cerca de 8.000 km. de costa no Oceano Atlântico. Uma selva inexplorada, inúmeras serras e extensa rede hidrográfica convergindo na região sul para o interior do País, criam sérias dificuldades às comunicações. Há grandes regiões praticamente inabitadas.

Obteve sua independência em 1822, constituindo-se então uma monarquia, derrubada em 1889, com o advento da República, de tipo federativa presidencialista, hoje, com 22 Estados e 4 Territórios Federais.

Na sua formação étnica aparece o português - o colonizador - (único país da América Latina colonizado pelos portugueses), o negro, vindo da África, como escravo, no período colonial e monárquico, e o nativo também dominado pelo branco.

A população do País apresenta atualmente, a seguinte distribuição quanto a cor (1):

Brancos	- 61,66%	
Pardos	- 26,54%	(incluindo todas as gamas de mestiçagem)
Pretos	- 10,96%	
Amarelos	- 0,63%	; e
Não decl.	- 0,21%	

Na primeira metade do século passado, recebeu os primeiros contingentes de imigrantes, de origem européia, aumentados no final do século; nas primeiras décadas deste, a imigração foi aberta ao Oriente Médio e Japão.

Sua população alcançou em 1960 a 70.799.352 (2), o que representa cerca de 40% sobre o total da América do Sul e 30% sobre a América Latina. Apresenta densidade média de 8 habitantes por km², baixando a menos de um na região norte, o que caracteriza o País como de população extremamente rarefeita. Alguns Estados alcançam 80 e pequenas áreas como a zona úmida no Nordeste até 105. Do total da população, 54% é radicada na área rural e a maior concentração verifica-se no planalto próximo ao litoral no sul do País, (3).

O Brasil situa-se entre os países em fase de explosão demográfica, com um índice de crescimento de 3,1% ao ano. O número de habitantes na zona urbana aumenta duas vezes mais rapidamente que o conjunto. Sua população caracteriza-se como jovem, pois que, em 1950 52,1% situava-se entre menos de 1 e 19 anos de idade, proporção que deve ter sido mantida até hoje.

Fala-se um único idioma, o português, e a maioria professa a religião católica, fatores culturais que, entre outros, concorrem para a unidade da Nação. O sentimento de nacionalidade, despertado desde os tempos coloniais, evolui pouco a pouco para uma consciência nacionalista.

De um ponto de vista econômico-social, apresenta três regiões inteiramente distintas: Norte e Centro-Oeste, praticamente estagnada, onde a população rural atinge até 83% sobre o total que é de 5.600.000 o Nordeste com cerca de 20 milhões de habitantes, subdesenvolvido, classificado entre as regiões do mundo de mais baixo nível de vida, já desperto, no entanto, para sua realidade, e deslanchando programas regionais de desenvolvimento; o Leste e Sul, com uma população de quase 45 milhões em franco processo de industrialização onde se concentra 95,2% da energia elétrica do País (4) e onde a população urbana alcança até 62% sobre o total, com uma renda "per capita" 3 vezes maior que a do Nordeste.

As dimensões continentais do País, a explosão demográfica, as dificuldades de comunicações, a estrutura agrária arcaica, bem como as estruturas político-administrativas obsoletas e a inexistência, até bem pouco tempo, de qualquer planejamento, vêm provocando distorções no processo de desenvolvimento, entre as quais, sérios desequilíbrios entre as regiões Sul e Norte do País.

A cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, ao sul, já ultrapassou os 4 milhões de habitantes. É o maior centro industrial do País ao mesmo tempo que o Estado se coloca em primeiro lugar no conjunto da produção agropecuária, inclusive o café. Acusa o mais baixo índice de mortalidade infantil, 65, provavelmente o mais alto de alfabetização. A cidade de São Paulo possui três Universidades.

I - O Desenvolvimento Social não Acompanha o Ritmo do Desenvolvimento Econômico

Não obstante a independência política, alcançada há quase um século e meio, a economia brasileira manteve aproximadamente até 1930, características de uma economia colonial - exportação de matérias primas e produtos de monoculturas.

De uns 30 anos para cá, o País entrou em um processo de profundas transformações econômico-sociais, acelerado consideravelmente nestes últimos dez ou quinze anos.

A industrialização que já se vinha processando lentamente, no sul, tomou incremento depois das duas guerras mundiais, acentuando-se nestas últimas décadas. Em consequência, intensificou-se o processo de urbanização.

Concretizaram-se as primeiras reivindicações das classes trabalhadoras num corpo de legislação que inclui a previdência social, garantias quanto a salário, horário de trabalho, proteção ao trabalho da mulher e do menor.

Estruturou-se a primeira Universidade no País, embora já existissem cursos superiores isolados, há mais de 150 anos. Estendeu-se o voto à Mulher.

"Os três decênios que vão de 1930 a 1960, muito provavelmente, passarão à História do Brasil como etapa decisiva da desagregação da economia colonial e da luta pela conquista de novos caminhos de acesso ao desenvolvimento econômico" (5).

Nestes últimos quinze anos o País passou para um estágio de franca expansão industrial, marcada por um elevado ritmo de crescimento "tendo o Produto Interno Bruto, entre 1947 e 1961, evoluído à taxa anual de 5,8%, equivalente, em termos de "per capita" a 3% ao ano, dados sem semelhantes na América Latina e superiores aos previstos como mínimos na Carta de Punta del Este. No período de 1950/61, a taxa de crescimento foi superior à dos países que constituem o Mercado Comum Europeu, revelando-se menor em termos de "per capita", apenas porque nossa população cresce mais rapidamente que a daqueles países. Na fase mais recente, houve nítida aceleração no crescimento da economia nacional, elevando-se a taxa anual, do período 1957/61 para 7% contra 5,2% de média nos quinquênios imediatamente anteriores (6).

O consumo global "per capita" evoluiu à mesma taxa verificada em relação ao produto, mas teria beneficiado a parcela do povo mais carente? Os dados estatísticos não respondem, mas através a observação das condições de vida em várias regiões do país pode-se afirmar que não.

O crescimento econômico processou-se ainda comprometido com as estruturas anteriores, sob o impulso quase exclusivo do investimento de capitais privados nacionais e estrangeiros e pelo estímulo do mercado externo.

Houve, na primeira parte desse período, a interferência de alguns órgãos oficiais, criando dificuldades à importação, o que resultou em favorecimento da indústria nacional, mas não nos setores básicos. Essas mesmas indústrias continuaram dependentes de matéria prima e equipamentos importados, não obstante, já terem sido lançadas, nessa época, as primeiras indústrias de base no Brasil, as quais recentemente assumiram papel relevante. Produziram-se, então, sérios desequilíbrios regionais, setoriais e monetários.

Somente a partir de 1948, concretizaram-se as primeiras preocupações do Governo Federal com o planejamento, na elaboração do PLANO SALTE (saúde, alimentação, transportes, energia) e o Plano de Metas, em 1956, ambos restritos a objetivos parciais.

Em 1963, foi adotado pelo Governo Federal o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, destacando-se entre suas metas: manter o ritmo de crescimento da economia observado nos últimos anos e ao mesmo tempo diminuir a taxa de inflação.

O Estado de São Paulo adotou e executou, com grande êxito, o seu primeiro Plano de Ação, no período 1959-1963, concentrando seus recursos financeiros na infra estruturas, instalações e equipamentos.

Atualmente, vários outros Estados no País já adotaram ou estão em fase de elaboração dos seus respectivos planejamentos.

Os índices que podem revelar o grau do desenvolvimento social são menos precisos que aqueles referentes ao desenvolvimento econômico,

mas permitem uma estimativa, fundada na realidade, de que o ritmo daquele não vem acompanhando o ritmo deste no Brasil.

Analfabetismo - Pelo recenseamento de 1950, 48,35% de brasileiros de 10 anos e mais sabia ler e escrever. Essa a média aritmética no País, sendo que nas Capitais dos Estados do Sul a porcentagem de alfabetizados atinge até 87% e, no Nordeste, a de analfabetos até 70%. Até fins de 1962, apenas 52% das crianças de 7 a 14 anos tinham acesso ao curso primário.

Nesta última década, houve progresso apreciável na extensão da rede do ensino primário em quase todo País. Acompanhar a explosão demográfica, todavia, é tarefa ingente. Calcula-se ainda em 20 milhões o número de brasileiros analfabetos com mais de 14 anos.

"Constitui esse um dos graves problemas do País, pois dentro de 10 a 20 anos, por força do desenvolvimento nacional o analfabetismo equivalerá a uma condenação fatal à marginalidade e à dependência" (7).

Ensino Secundário e Superior - Um esforço de democratização do ensino médio e superior é evidente nestes últimos 20 anos. No período de 1940 a 1954, o número de estudantes do curso secundário passou de 170 mil a 575 mil, enquanto que o dos cursos universitários triplicou. O Brasil possui hoje 33 Universidades perfazendo um total de 400 faculdades (8).

No entanto, esses dois graus de ensino, com sua longa tradição de conferir principalmente cultura geral e levar à aquisição de um título de doutor, ainda não estão correspondendo às exigências da implantação da tecnologia no sistema econômico do País.

O ínfimo número de cursos técnicos de grau médio e a baixa taxa de diplomados em cursos superiores, que é no momento de 4,5 por 10 mil habitantes, quando na Argentina é de 46 e nos Estados Unidos 145 (9) revelam uma situação muito desfavorável.

O índice de escolaridade no Brasil é muito baixo e preocupa não somente as autoridades educacionais como também aqueles vinculados ao setor econômico.

O problema não é apenas a baixa porcentagem dos que têm acesso à escola, mas também a pequena proporção dos que terminam o curso iniciado e daqueles que seguem o nível imediatamente superior.

Condições Sanitárias

O índice de localidades no País servidas por rede de água e esgoto, dois requisitos básicos para a saúde, é muito significativo para demonstrar o baixo nível das condições sanitárias (10).

Serviços Públicos	% Municípios servidos	% Domicílios servidos
Abastecimento de água	47,49%	18,0 %
Esgotos sanitários	33,61%	14,48%

SAÚDE

A expectativa de vida no Brasil é baixa, pois sua média é de 43,7, sendo que em certas zonas do Nordeste reduz-se a 38,8 e no sul alcança até 54. A mortalidade infantil no Brasil apresenta o elevado índice de 107, superado apenas pelo Chile na América do Sul, com 132 (11). Os dados estatísticos referentes à mortalidade geral e infantil na América Latina, são considerados falhos, por autoridades em Saúde pública, mas podemos tomá-los como aproximativos.

Ainda nesse setor são flagrantes os desníveis entre as várias regiões do País. Em cidades do Sul, como São Paulo, além de notar-se índice mais baixo, o decréscimo é contínuo, o que nem sempre ocorre nas outras zonas.

MORTALIDADE INFANTIL (COEFICIENTE P/1000 NASCIDOS VIVOS), NAS CAPITAIS DE 8 ESTADOS BRASILEIROS, NO PERÍODO DE 1956 a 1960 (12).

Capitais	1956	1957	1958	1959	1960
Teresina	302,9	261,7	417,6	452,2	298,9
Fortaleza	278,5	269,3	-	197,8	-
Natal	371,7	489,8	427,9	426,8	363,4
Recife	213,6	261,1	276,1	-	-
Niterói	95,6	103,3	86,4	84,1	-
Guanabara	120,5	107,5	105,0	94,4	70,0
São Paulo	86,4	75,5	70,2	65,4	-
B. Horizonte	104,6	92,1	95,8	96,1	-

Recursos Médicos - No Brasil, é de 4 a média de médicos por 10 mil habitantes, índice inferior a 4 países e superior aos outros 5 da América do Sul. Constituiria no entanto um coeficiente razoável, não fôra a sua distribuição desigual pelo território brasileiro, pois, as cidades de mais de 50 mil habitantes retêm 14 para 10 mil habitantes, enquanto que o restante da população é servido na proporção de 1,6 para 10 mil pessoas. Dentre os municípios brasileiros, 23% não contam com médicos (13). O Brasil possui 34 leitos hospitalares por 10 mil habitantes, o que coloca quase na metade do caminho do ideal estabelecido pelos técnicos, ou seja, 75.

Sistema Previdenciário - Recentemente reorganizado pela Lei Orgânica da Previdência cobre o auxílio enfermidade, maternidade, velhice, pensão aos dependentes, dentro de um plano satisfatório. Não abrange, contudo, o trabalhador rural, classe majoritária, e mesmo os centros urbanos menores e mais distantes praticamente, não têm acesso aos seus benefícios.

Habitação - O Brasil, como todos os países da América Latina, acusa elevado índice de "deficit" habitacional, constituindo-se este um dos mais agudos problemas dos grandes centros urbanos, meta dos fluxos migratórios.

No confronto com os outros países americanos, o Brasil situa-se

quanto às suas condições sócio-econômicas da média para cima.

Valendo-se de um estudo da tipologia sócio econômica dos países latino-americanos, elaborado pelos padres Vekemans S.J. e Segundo S. J. (14), o Prof. R. Mascarenhas apresenta um quadro de classificação dos países latino americanos, segundo um conjunto de 11 índices de natureza demográfica, econômica e cultural (15).

Estão distribuídos em seis grupos, sendo o de Nº I aquele que apresenta condições inferiores. O Brasil coloca-se no Grupo IV, juntamente com o México, sendo que 11 situam-se nos Grupos abaixo. Entre os 7 em situação superior encontram-se Panamá, Costa Rica, Venezuela, e Cuba no Grupo V e no Grupo VI, Chile, Uruguai e Argentina.

Concluindo, o Brasil coloca-se, atualmente, como país da América do Sul que apresenta o maior índice de aumento de produção. Acusa a mesma taxa de aumento do consumo global, distribuído este, no entanto, de maneira desigual. Verifica-se ainda que é desfavorável o balanço dos serviços de natureza social para o seu povo.

Vale citar a palavra de um proeminente economista: "A primeira dessas questões diz respeito ao desmesurado custo social do desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, o qual em nada modificou as condições de vida de três quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda" (16).

Essa defazagem entre os dois setores acarreta pontos de estrangulamento no desenvolvimento econômico e cria tensões cada vez mais generalizadas, responsáveis em boa parte por frequentes crises políticas internas.

As massas se encontram em franco processo de conscientização, isto é, já começam a formular um juízo crítico sobre suas condições de vida e a não aceitá-las passivamente, como dantes, em face do progresso social usufruído por uma minoria.

É verdade que não se alcança progresso econômico sem grandes austeridades, sem exigir sacrifícios também das camadas mais desprovidas de recursos. Existe, no entanto, um limite, além do qual seria atentar-se contra a essencial dignidade humana e nem o povo o suportaria, mesmo motivado para as grandezas do futuro.

Se a industrialização do país exige investimento em equipamento técnico, não menos necessário se faz esse investimento também no fator humano, pois que uma população subnutrida, enfermiça e não qualificada reduz de muito a produtividade de qualquer empreendimento.

O famoso círculo da causação acumulativa, "é pobre porque é doente, é doente porque pobre", pode ser rompido mediante um planejamento fundado na realidade global econômico social e corajoso ao mesmo tempo.

Não se trata de uma opção entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, nem mesmo de prioridades em termos absolutos, mas de adotar-se no planejamento global um critério de integração entre ambos.

II - Processo de Urbanização e Migrações Internas
Principais Causas e Conseqüências

O Brasil, nesta década, transforma-se em nação de população preponderantemente urbana (17).

RECENSEAMENTOS

População Rural	1940	1950	1960	Previsão mínima p/ 1970
População Rural	68,76%	63,84%	54,92%	45%
População Urbana	31,24%	36,16%	45,08%	55%
TOTAL	100,00%	100,00	100,00	100%

Com a industrialização da região sul e os meios de comunicação muito facilitados nestes últimos anos entre as duas regiões do País, seria inevitável que intensificasse o fluxo migratório, o que ocorreu e de maneira desordenada.

Essa mobilidade agrava-se com a ocorrência de fenômenos cíclicos com a das secas do Nordeste e acontecimentos como a instalação de grandes hidrelétricas, refinarias de petróleo, siderúrgicas e ainda a construção de Brasília, nova capital do País.

As migrações constituem-se em grande parte, pela população ativa e quase sempre a mais capaz da região de origem, pois é aquela que se aventura a uma tentativa de vida melhor, fora do seu "habitat". Emigram também profissionais de nível universitário bem como capitais, cuja rentabilidade é muito superior nas zonas industrializadas, pois a causação acumulativa opera também no sentido "riqueza produz riqueza". Esses movimentos concorrem para maior empobrecimento daquelas regiões.

As distâncias a percorrer pela grande massa de migrantes são enormes e os meios de transporte péssimos e dispendiosos. Vendem o que possuem, não raras vezes um pedaço de terra pouco produtivo, para fazerem face as despesas de viagem. Muitos deixam a família que virá mais tarde, após as primeiras poupanças do membro pioneiro.

Chegam depois de vários dias de viagem, maltrapilhos, desnutridos, sem documentação civil ou trabalhista, inteiramente despreparados para o trabalho na indústria. Até mesmo a disciplina de trabalho por horas a fio lhes é difícil suportar.

Aceitam trabalhos não qualificados, frequentemente por preço vil, pois não estão em condições de reclamar o salário mínimo perante as autoridades. Passam a engrossar as fileiras do subproletariado e seus esforços concentram-se quase apenas em torno da subsistência. São recebidos com certa prevenção pelos companheiros, pois se não fazem cair o nível do salário, são concorrentes ao trabalho melhor remunerado.

Ressentem-se do clima que é frio no sul, estranham a alimentação, bastante diferente daquela a que estavam habituados. Alguns dos

seus valores culturais chocam-se com os dos centros urbanos e enquanto não assimilam alguns dos novos padrões, aumentam suas ansiedades que já não eram poucas ao deixarem suas terras. Muitos constituem novas famílias e a situação se agrava.

É preciso que se diga que o êxodo rural faz-se presente do interior dos Estados para as suas Capitais, tanto no Nordeste como no Leste e Sul. É verdade que neste último caso, parte dos migrantes busca não propriamente a sobrevivência, mas acesso à assistência médica, instrução para os filhos e alguma promoção social.

Estudos recentes, realizados pela Faculdade de Higiene da Universidade de São Paulo, revelam que dentre os óbitos registrados nos hospitais dessa cidade, de 10 a 15% são pessoas do interior do Estado, de outras regiões e de países vizinhos, como Paraguai, Bolívia, vindas expressamente para tratamento de saúde.

O volume dos movimentos migratórios pode ser apreciado pelo aumento da população no período dos últimos 20 anos, das Capitais de 6 Estados. Se deduzirmos a cifra correspondente aos nascimentos, a base média de 3% ao ano, ainda resta elevada proporção devida aos contingentes de fora.

CAPITAIS	NÚMERO DE HABITANTES			% do aumento em 20 anos
	1940	1950	1960	
São Paulo (Sul)	1.326.261	2.198.096	3.825.351	188,43%
Rio de Janeiro (Sul)	1.764.141	2.377.451	3.307.163	87,46%
Curitiba (Sul)	140.656	180.575	361.309	156,87%
Pôrto Alegre (Sul)	272.232	394.151	641.173	135,52%
Belo Horizonte (Leste)	211.377	252.724	693.328	228,00%
Recife (Nordeste)	348.424	524.682	797.234	128,81%
Fortaleza (Nordeste)	180.185	270.169	514.818	185,71%
Salvador (Nordeste)	290.443	417.235	655.735	125,77%
T O T A L	4.533.719	6.715.083	10.796.111	

O ritmo de processo de urbanização é, evidentemente, mais acelerado que o de industrialização, confirmado por dados da CEPAL, que demonstram ter sido, em 1950, na América Latina, de 12,6 o índice deste e 20,2 o daquele (18).

Os grandes centros urbanos passam a abrigar camadas de população profundamente desajustadas, em decorrência, principalmente, de virem a constituir um contingente de mão de obra subempregada, instável e muitas vezes ociosa, somado às dificuldades de adaptação a novos padrões de vida. O mercado de trabalho de algumas dessas cidades não tem capacidade para assimilar os novos contingentes de trabalhadores e surge o desemprego.

Essas cidades, que sempre careceram de planejamento urbano, sofrem o impacto desse aumento descontrolado e intensivo de população. Estendem-se desordenadamente, em sentido vertical no centro e

horizontal na periferia, à base, quase exclusiva da especulação imobiliária. Seus serviços urbanos e recursos sociais tornam-se absolutamente deficitários.

A manutenção e ampliação dos serviços de utilidade pública não alcançam as necessidades do crescimento brusco. Na cidade de São Paulo, em 1960, cerca de 30% da população não era servida pela rede de esgotos.

Rio de Janeiro e São Paulo passaram por períodos, apenas recentemente vencidos, em que a cifra de crianças em idade de curso primário, sem escola, atingia de 60 mil a 100 mil. Os hospitais públicos inteiramente superlotados, marcam consultas ou internações com antecedência de dois ou três meses.

Os transportes tornaram-se totalmente insuficientes, e o aumento de novas linhas, sem o remanejamento do sistema viário, congestionam o tráfego de tal maneira que, as distâncias são calculadas em termos de tempo para vencê-las e não de quilômetros a percorrer. Nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo é comum o trabalhador gastar mais de duas horas para locomover-se de sua casa ao local de serviço e outro tanto para a volta.

As profundas transformações econômico sociais, advindas do processo de industrialização e de urbanização dentro do contexto de desenvolvimento, provocaram, como era de esperar-se, transformações não menos profundas na própria estrutura familiar. //

"Nas estruturas industriais e urbanas que caracterizam a civilização atual, um novo tipo de família surge e começa a dar o tom à sociedade - família desprovida de suas funções históricas de unidade econômica, de centro de segurança, educação e lazeres" (19).

Processando-se as transformações em ritmo acelerado e o crescimento econômico em descompasso com o desenvolvimento social, a vida familiar nos centros urbanos é atingida no seu âmago. // "A principal causalidade da desagregação familiar, no ambiente proletário urbano (o autor refere-se ao Brasil), prende-se quase única e exclusivamente a fatores de índole econômico-social, resultando, antes de mais nada, da fraqueza e instabilidade de suas bases existenciais" (20).

Em meio à luta pela sobrevivência é difícil atenuar tensões provenientes de um orçamento insuficiente, impedir a quebra do respeito mútuo quando um mesmo cômodo é utilizado como dormitório para pais e filhos de ambos os sexos, para cozinha e local de higiene pessoal.

O trabalho remunerado da mulher e dos filhos, autônomo das atividades do chefe, alterando o "status" daqueles, cria novos tipos de relações entre ambas as partes, nem sempre satisfatórias, pelo menos de início.

Neste embate, muitas vezes a família deixa de ser para seus membros o "centro de segurança, educação e lazeres".

Os valores morais tradicionais enfraquecem-se e inexistem elementos para novas formulações. A religião professada em bases primitivas não encontra sua inserção satisfatória nessa nova conjuntura.

A família é a pequena sociedade que vive mais aceleradamente a crise atual, condensando em poucos anos a passagem de uma para outra civilização. A vida familiar assim conturbada provoca desajustes, propicia o abandono da criança e favorece a delinquência juvenil.

A moradia avulta como um dos mais angustiantes problemas. A falta numérica é agravada pelo elevadíssimo custo do terreno, da construção e conseqüentemente dos alugueres. Surgem então os cortiços e as favelas.

III - Condições em que vivem as crianças nos Cortiços e Favelas

Cortiços ou Casas de Cômodos - São moradias estabelecidas em antigas residências de médio ou alto nível na época, localizadas nas zonas que se transformam de residenciais em comerciais. Os porões infectos são a pior parte. São superpovoados, (4 m² em média por habitante, quando o mínimo vital admite-se seja 10 m²) oferecem péssimas condições sanitárias pela exiguidade dos serviços em relação ao número de habitantes.

As relações sociais entre os moradores são à base de desconfiança e restrições, mas de solidariedade nas horas piores.

Vivem nos cortiços operários não qualificados, domésticas, pequenos comerciários e pequenos funcionários públicos. O grande atrativo do cortiço é a proximidade do centro, do local de trabalho, o que significa economia em transporte e em tempo, e menos desgaste nervoso, pois nessas grandes cidades o sistema de transporte é sempre insuficiente.

Representam alto negócio para os proprietários que exploram os alugueres a preços muito vantajosos.

Pesquisa realizada em 1961 (21) permite afirmar que há em São Paulo, 700 mil pessoas vivendo em cortiços.

Favela Mocambo, Malóca - São assim chamados conjuntos de moradias, construídas de maneira improvisada e precária, com inobservância das normas mais elementares do Código de Obras. Aglomeradas em vielas, localizam-se quase sempre em terrenos insalubres, ou de difícil acesso - os morros. Desprovidos quase totalmente de serviços de utilidade pública, como água, esgoto, luz elétrica, calçamento, são construídas em terrenos públicos mais ou menos abandonados, ou de particulares, objeto de intermináveis disputas judiciais.

Surgiram muito depois dos cortiços e a tendência é proliferar vertiginosamente. Abrigam hoje, no Rio de Janeiro, segundo os mais otimistas, 700 mil, e segundo outros um milhão, em uma população de menos de 4 milhões. Recife, com uma população de 800 mil possui quase 200 mil favelados; Belo Horizonte com cerca de 700 mil possui 60 mil em favelas; e Brasília, ao inaugurar-se em abril de 1960, dos seus 120 mil habitantes a metade residia em favelas. São Paulo, segundo pesquisa realizada em 1957, aparece com cerca de 50 mil, tendo pelo menos duplicado, e talvez triplicado, até esta data.

No Rio de Janeiro, onde surgiram as primeiras, encontram-se nas favelas certos elementos culturais, produto do meio, e cultivados com

*diagnóstico
das condições
de vida em
favelas*

carinho e orgulho - o samba e a escola de samba.

Verifica-se entre seus moradores apêgo à favela e certo sentido comunitário. Já em São Paulo, consideram-se como de passagem, almejando deixá-la quanto antes. O morar na favela é vexatório, sofrem certa rejeição do meio, o que os leva a sentirem-se uma população marginal.

A maior parte dos chefes de família, profissionalmente falando, trabalha como servente de pedreiro e em outras atividades não qualificadas. Um certo número dedica-se a biscates (atividades variadas e descontínuas a pronto pagamento). Encontram-se também pensionistas da Previdência Social e alguns semi-inválidos. De par com os enumerados, identifica-se também regular número que se apresenta com orçamento equilibrado mas que não resistiria a gastos superiores com habitação e transportes se deixasse a favela.

Os alugueres são relativamente baratos e há uma porcentagem apreciável dos que são donos dos seus próprios barracos. Um certo número de famílias chega a fazer sua poupança para aplicá-la na compra, a prazo, de um terreno na periferia, onde espera futuramente, com a ajuda de amigos, construir sua moradia, rústica mas individual com sua própria fossa e poço.

As condições sanitárias, na favela, são piores e a promiscuidade ainda maior que nos cortiços. Nesse ambiente, a criança é a primeira vítima: é subnutrida, presa fácil de gastro enterites e outras doenças infecciosas. Quase 100% é infestada de verminose, as quais debeladas reincidem em poucos meses, pois que não há ruas calçadas, nem esgotos, nem sapatos. Brincam, frequentemente, nas valetas por onde correm águas servidas de dejetos, e buscam nos montes de lixo objetos para seus jogos.

Das crianças em idade escolar, nem tôdas frequentam escola, por falta de roupas, por desânimo, em consequência da fome crônica, pela ausência ou descaso dos pais, pela dificuldade de ambientação ao meio escolar. A criança da favela se apresenta à escola mal asseada e com certos hábitos que provocam resistência por parte de outras crianças e, principalmente, dos pais destas.

O período escolar diário mais longo é de quatro horas, restando, portanto, muitas horas no dia para a criança perambular pela favela, ou pelas ruas, se vive em cortiço, sem nenhuma orientação e sem estímulo para o preparo de suas lições escolares.

É muito elevado o índice de mão de obra feminina nas grandes cidades, e não escapam a essa condição as mães de famílias residentes nos cortiços e favelas. É tão desqualificada quanto a masculina e em geral, trabalham em serviços domésticos como diaristas ou aceitam pequenas tarefas de indústrias para serem confeccionados no domicílio, sempre mal remuneradas. O abandono das crianças é grande, as quais estão livres apenas dos perigos do tráfego, o que não ocorre com as crianças dos cortiços.

O contróle social na favela é fraco, eis que lá se reúne uma população que se desmembrou do seu meio cultural e ainda não se integrou na nova comunidade; sua organização social, embora com características próprias, é ainda primária e incerta.

Suas condições favorecem a infiltração permanente ou temporária de marginais e delinquentes. Estes procuram atrair os menores, os quais são instrumentos úteis para a veiculação de entorpecentes, de produto de furtos, assim como para a vigilância contra a inesperada aproximação de agentes policiais. Portadores de apreciável iniciação, esses menores se lhes afiguram ainda como futuros membros dos seus bandos.

Os cortiços e favelas são consequência do estado de subdesenvolvimento do País. Constituem, ao mesmo tempo, fator de degradação humana pela promiscuidade decorrente da superpopulação, e a sua coexistência com os outros setores da grande cidade, em contraste gritante, leva esses aglomerados à marginalização.

As cidades estão completamente despreparadas com relação aos serviços urbanos básicos para atender ao seu crescimento vertiginoso e carecem de um plano para integração das populações migrantes.

Uma pesquisa urbana realizada em São Paulo, em 1957 (22), classificou a cidade em duas grandes regiões: "centro" e "periferia", apresentando esta última condições bem inferiores àquela.

O total da população nessa época era de 3.240.399, da qual 58% localizada na periferia. Considerou-se como equipamentos básicos: iluminação pública, rede elétrica, rede de esgotos, rede de água, coletores de águas pluviais, guias e sargetas, ruas pavimentadas. Verificou-se que 61% da população total e 83% da população periférica dispunham de menos da metade desses equipamentos.

Quanto à casa propriamente, vamos encontrar parte dessa população periférica em situação precária, tendo, no entanto, como vantagem sobre os moradores dos cortiços e favelas, uma habitação individual, quase sempre de sua propriedade, água de poço e fossa também individuais e a esperança de um dia chegarem até eles os benefícios dos serviços urbanos.

IV - Avaliação dos Programas atuais de proteção à criança e à juventude

Os problemas da criança e da juventude nos países subdesenvolvidos decorrem primordialmente da miséria e dos baixos padrões de vida da população. Têm suas raízes no subdesenvolvimento e é nos programas de desenvolvimento, entendido como econômico e social, que se funda antes de tudo uma verdadeira política de proteção à infância (23).

Pelo que foi exposto nos capítulos anteriores, verifica-se que, além do subdesenvolvimento, a industrialização rápida e carente de planejamento global agrava a situação das regiões mais pobres, acarretando sérios problemas sociais para as regiões mais prósperas, bem como para os grandes centros urbanos.

Além das primeiras tentativas de Planos Nacionais, surgem órgãos para o planejamento regional, e os já existentes para o planejamento setorial passam a definir mais claramente suas metas a introduzir orientação mais racional às suas atividades. Vários Estados já se acham em franca elaboração ou adoção de planejamentos globais.

Planos Nacionais

Nacionais

Planejamento Nacional - A execução do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963 - 1965, primeira tentativa de planejamento global referido anteriormente, sofreu sério impasse. Uma das suas primeiras metas - reduzir a taxa de inflação - falhou totalmente, tendo ocorrido que o custo de vida no Brasil elevou-se cerca de 70% de Janeiro a Novembro de 1963.

A inadequação das estruturas político-administrativas e o despreparo da mentalidade para suportar a contenção de despesas somaram-se aos fatores estritamente econômicos responsáveis por essa situação.

É da própria dinâmica do planejamento a flexibilidade dos planos, os quais devem ser revistos constantemente. Espera-se que medidas possam vir a ser encontradas para reduzir a espiral inflacionária sem comprometer o desenvolvimento, e que mesmo dentro das condições atuais seja possível alcançar-se, pelo menos em parte, as outras metas propostas (23-A).

É indiscutível no entanto, o grande mérito desse primeiro Plano, como esforço para formular o diagnóstico e esboçar um prognóstico da situação econômico social do País, tendo concorrido consideravelmente no despertar da Nação para as exigências do planejamento.

Planejamento Regional - Dentre os órgãos regionais de planejamento, destaca-se, como o de maior importância no País, a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) criado em 1959.

O principal objetivo do seu primeiro Plano Diretor foi apresentar um conjunto orgânico de diretrizes de política econômica que pudessem servir de base a um esforço progressivo de ordenação dos investimentos do Governo Federal, no Nordeste. Passou a centralizar a aplicação dos recursos dos departamentos federais para atendimento de certos setores na região e receber substanciais subsídios do Governo Federal para a execução dos seus programas.

A SUDENE tem conseguido ainda fixar algumas indústrias na região, através de um conjunto de medidas de estímulo de natureza tributária, especialmente isenção do imposto de renda para capitais oriundos de outras regiões que venham a ser lá aplicados, e mais a concessão de crédito, financiamento e assistência técnica.

Já se faz sentir sua atuação, pelo crescimento da produção econômica naquela região. "Cerca de 40% dos investimentos em novos empreendimentos industriais realizados por sociedades anônimas, no País, o foram na região nordestina. A renda "per capita", no Nordeste, que em 1950 correspondia a 48,5% da média nacional e havia declinado para 42,9% em 1955 em 1960 subiu para 50,6%" (24).

O primeiro Plano Diretor da SUDENE recebeu críticas pelo fato de serem exíguas as verbas destinadas aos programas de educação e de bem estar social.

Já o segundo Plano Diretor, para 1963-1965, prevê um total de cerca de 30% dos seus recursos financeiros para os programas ligados ao aperfeiçoamento do fator humano", o qual inclui ensino primário, educação de base, ensino técnico de nível médio e superior e ao investimento diretamente de caráter social", destinado ao abastecimento de água e instalação de esgoto sanitário, eletrificação de pequen-

nas comunidades e habitação popular.

Confrontando-o com o primeiro, o segundo Plano aumentou de 5% para 11% as parcelas para os "pré-investimentos" onde avultam os recursos destinados à melhor capacitação humana. "A modificação mais importante, todavia, é a que se observa com respeito aos investimentos diretamente ligados ao bem estar social: a participação destes cresce de 5 para 25%" (25).

PROGRAMAS ESPECÍFICOS

1) Saúde - Os serviços de saúde pública e cuidados médicos no plano nacional estão afetos ao Ministério da Saúde, sendo que vários outros órgãos da União incluem serviços com a mesma finalidade para setores ou grupos especiais. A Previdência Social, subordinada ao Ministério do Trabalho, mantém serviços médicos para seus associados.

Os Estados e Municípios por sua vez, possuem suas atribuições específicas, e no desempenho de algumas delas são assistidos e financiados pela União. Não se alcançou ainda uma coordenação satisfatória, pois, o sistema carece de planejamento e as prioridades ainda não foram estabelecidas.

A prioridade número um estabelecida pela Carta de Punta del Este nos assuntos ligados à saúde na América Latina foi "fornecer água potável e serviços de esgoto no próximo decênio a 70% da população urbana e a 50% da população rural" (26).

A situação do Brasil é bem precária como foi visto no Capítulo II quanto a esses recursos. Ao que parece, no entanto, procura-se dar cumprimento a essa recomendação, pois o Orçamento da União para 1963 prevê a aplicação de 42% das verbas totais consignadas para saúde pública, no prosseguimento dos programas de saneamento básico, os quais incluem os serviços de abastecimento de água e esgotos (27).

Temos, no entanto, a palavra de uma autoridade brasileira, em saúde pública que assim se manifesta:

"Certas regiões nossas encontram-se em estágio de subdesenvolvimento tão acentuado que deveria ser dada maior ênfase prioritária às medidas econômicas destinadas à elevação do padrão de vida, reservando-se aos serviços de saúde as atividades essenciais ligadas à prevenção das doenças epidêmicas, ao combate às endemias, principalmente, aquelas que determinam redução do potencial do trabalho humano, e à assistência médico hospitalar adequada à situação.

Em regiões de maior capacidade econômica, os serviços de saúde deverão ter maior desenvolvimento, dedicando-se igualmente a um esquema prioritário que procure atender, preferentemente, a obras de construção ou melhoria dos serviços públicos de abastecimento de água, à profilaxia das doenças epidêmicas, ao combate às endemias e à mortalidade infantil, à assistência médica integral, etc. (28).

As regiões referidas em primeiro lugar são aquelas que se poderiam denominar "estagnadas" tal a situação de miséria, tal o índice de mortalidade e falta de recursos, como certas áreas do Norte. Para regiões como essas, talvez a água e esgoto possam vir após o sanea-

mento físico, o que geralmente acompanha os primeiros passos na introdução de atividades econômicas.

Outro aspecto importante - o atendimento médico, profilaxia e educação sanitária - de acordo com a palavra de ordem da OMS, deve ser realizado através de unidades integradas de saúde.

No Brasil, ainda prevalece o sistema de unidades especializadas. É difícil superar estruturas já consolidadas, embora a mentalidade nos meios médicos sanitários seja quase sempre favorável ao sistema preconizado.

Dentre as sugestões de diretrizes para os serviços de saúde no Brasil, destacamos ainda do trabalho já citado do Prof. Mascarenhas, as seguintes:

"Visão global do problema, incentivo às pesquisas, planejamento, fixação de prioridades, reorganização do Ministério da Saúde, e coordenação com os serviços médicos e hospitalares das organizações privadas".

2) Habitação - O Censo de 1960 acusou a existência de 13 milhões de domicílios particulares para 70 milhões de brasileiros, computados também cortiços, favelas, mocambos, etc. Calculando-se em 5 o número de membros de uma família, admitida essa como a família média para o Brasil, conclui-se que o "deficit" habitacional seria apenas de 1 milhão de moradias. No entanto, se os barracos e cortiços de todo o País devem ser substituídos, esse "deficit" sobe, segundo as últimas estimativas, a 3 milhões. (28-A).

Para o atendimento desse problema, existe um órgão federal, Fundação da Casa Popular, funcionando há uns vinte anos, além de estabelecimentos oficiais de crédito que mantem, há mais tempo, carteira predial. Os institutos de Previdência incluem, entre seus benefícios, empréstimos para a aquisição da casa própria. A atuação desses órgãos, face as necessidades do País, tem sido apenas simbólica por sua restrita capacidade de atendimento, atuando cada um em sua área, sem terem chegado a nenhuma formulação de política nacional de habitação.

Nos vários Institutos de Previdência a "sua carteira predial" mais permanece fechada que em funcionamento e o número de beneficiados tem sido sempre exíguo. No correr de 20 anos, de 1941 a 1961, o IAPC financiou, na cidade de São Paulo, a aquisição de casa para 3.500 segurados de um total de 113.438 comerciários, e o IAPI para 1.500 dentro de uma classe de 562.213 industriários (29).

O problema em referência começou a ser ventilado nas suas dimensões nacionais somente em fins de 1961, quando então passou-se a cogitar de uma política nacional de habitação. Em Novembro de 1961, foi criada a Comissão Nacional de Habitação, transformada, em Junho de 1962, (Decreto Federal 1.281 de 25/6/62), em Conselho Nacional da Habitação, ligado diretamente ao Gabinete da Presidência da República. Por várias razões de política interna, esse órgão não vem atuando de fins de 1962 para cá.

Espera-se que o assunto entre novamente em agitação pela Comissão Parlamentar Permanente de Habitação que vem de ser constituída.

Dos primeiros trabalhos da então Comissão Nacional de Habitação, resultou um levantamento prévio das necessidades a par de ampla interpretação do problema em todo País, tendo sido salientadas as vantagens de um plano coordenado.

Na preparação de mentalidade para busca de solução do problema, caminhou-se nestes últimos dois anos, mais que em algumas décadas. Esse movimento estimulou a atuação de alguns órgãos federais, estaduais e municipais, bem como organizações particulares de fins não lucrativos. As iniciativas seguem esparsas e não foi possível ainda dar corpo a um órgão nacional de política e planejamento da habitação (29-A).

Vale mencionar algumas experiências locais dignas de nota.

O Estado da Guanabara - cidade do Rio de Janeiro, Capital do País até 1960, que, com a transferência desta para Brasília, transformou-se no menor Estado da União, criou a COHAB (Companhia de Habitação) um organismo para-estatal, o qual em convênio com a Fundação Leão XIII, de natureza privada, iniciou seu programa com o ataque direto ao problema favela.

A natureza jurídica desse órgão lhe permite flexibilidade de ação ampliada pelo regime de convênio com entidade privada, sistema esse que se sobrepõe às estruturas administrativas tradicionais, as quais emperram qualquer programa de caráter mais dinâmico.

Com a ajuda financeira da "Aliança para o Progresso", iniciou a construção de grandes conjuntos residenciais para substituir as favelas irrecuperáveis, ao mesmo tempo que desenvolve um plano de urbanização para aquelas que oferecem condições para receber melhorias tais como arruamento, instalação de água e esgoto, substituição dos barracos por casas de alvenaria. Da renda tributária anual do Estado da Guanabara, 3% foram vinculados a esses programas.

Utiliza em grande escala o sistema de auto-ajuda e ajuda mútua. As construções novas obedecem ao sistema de "casa inacabada" ou "casa progressiva", aquela que oferece o mínimo inicial para ser habitada, podendo ser completada depois da mudança da família, mediante financiamento pela citada COHAB.

A associação de moradores, existente em quase todas as favelas, constitui o ponto de partida para a participação do morador nos programas de urbanização e de construção de conjuntos, bem como para o desenvolvimento do espírito comunitário.

Na cidade de Fortaleza - no Ceará, está em curso uma experiência das mais interessantes como programa de recuperação de uma favela mediante a iniciativa dos seus próprios moradores. A ex-favela, atual bairro do Pirambu, abrigava de início, 35.000 habitantes, atingindo hoje 45.000. Oferecia as piores condições que se possam encontrar nesses aglomerados, inclusive elevada taxa de criminalidade, a qual, segundo notícias locais, atingiu, há tempos atrás, dois crimes de morte e duas prostituições de menores por dia, registrados na polícia e Juizado de Menores da cidade.

Com audácia e tenacidade, um sacerdote e uma assistente social, dupla esta completada posteriormente por uma equipe multiprofissional,

deu início a um trabalho de conscientização dos moradores dessa favela, os quais, pouco a pouco, começaram a reagir. Após 6 ou 8 anos de trabalho contínuo, chegaram a uma organização de tipo comunitária dirigida por seus próprios líderes.

Aquêle aglomerado acha-se em franco processo de transformação: melhoria das condições sanitárias, arruamento, substituição dos barracos por construções de alvenaria, atendimento médico, escolas, cooperativa de pescadores com excelentes resultados. Outras cooperativas de trabalho estão em vias de se organizar e a taxa de criminalidade baixou para 2 crimes de morte nos dois últimos anos.

E o solo, após longa luta judiciária, espera-se será reconhecido como propriedade daquela comunidade.

O Governo do Estado de Pernambuco, através do Serviço Social Contra o Rocambo, empenha-se, entre outras iniciativas, na execução do seu projeto piloto no bairro do Cajueiro Seco, em Recife, para um total de 763 famílias.

Está sendo aplicado o sistema da auto construção dentro da seguinte orientação básica:

"Ajustar o padrão de moradia ao nível do poder aquisitivo da população. Não se compreende que a um grupo social com poder mínimo de poupança seja favorecida uma habitação cara, que criará condições artificiais de vida, além de torná-lo desajustado, na comunidade. A abordagem do problema de habitação, na política atual do Governo, é feita sob critério realista, subordinado a ação do Estado a uma orientação de rentabilidade efetiva, dos investimentos imobiliários e a uma perspectiva social. A experiência do Cajueiro Seco revela que se está tentando pôr em prática uma política coordenada ao nível de vida familiar e subordina-se a idéia de que a solução habitacional deve ser enquadrada no planejamento comunitário, à base da criação de um mercado certo de trabalho e do aumento de poder aquisitivo individual ou familiar, inclusive com a mobilização da força de trabalho e dos recursos humanos ociosos ou inaproveitados"

(30).

As primeiras experiências na cidade de São Paulo já ocorreram diferentemente. Procedeu-se a um desfavelamento de 460 famílias, por iniciativa do Serviço Social da Prefeitura, as primeiras 260, e do Movimento Universitário de Desfavelamento, as outras 200.

A primeira dessas experiências ocorreu na Favela do Canindé, a qual, localizada na proximidade do rio Tietê, sofria inundações periódicas, com risco de vida para seus habitantes; a segunda teve lugar na Favela da Móoca, incrustada entre fábricas e domicílios, num minúsculo terreno, onde viviam 100 famílias, sob condições de higiene sumamente precárias; a última verificou-se na maior favela de São Paulo, a do Vergueiro (com 10 mil moradores), onde um grupo de 100 famílias deveria ser despejada por ação judiciária.

Mediante ajuda ou empréstimo para a entrada inicial, 60% dessas famílias adquiriu ou construiu casa própria, do tipo rústico, na periferia, e as outras, em percentagens aproximadas, 10% alugou quarto em zonas mais centrais, 8% retornou para suas cidades de origem, 5% dispensou ajuda, de 5 a 8% indigentes, continuam sendo assistidos e

e o restante adotou outras soluções inclusive mudar-se para outras favelas.

Esse tipo de programa não pode ser generalizado, mas admitido como uma das fórmulas para pequenos grupos. Um certo prosseguimento na orientação das famílias que se mudam torna-se impraticável, pois que elas se espalham por diferentes bairros da cidade, distantes e de difícil acesso.

Esta experiência apresentou um saldo positivo quanto ao atendimento desse grupo de famílias. Facilitou ampla divulgação e interpretação do problema à cidade que desconhecia a existência das favelas; hoje o assunto está na ordem do dia. Outro mérito foi ter dado oportunidade de trato direto com a sub-habitação.

Resultou, ainda, na constituição do Movimento Universitário de Desfavelamento, integrado por estudantes das três Universidades de São Paulo, que há dois anos vem trabalhando com grande seriedade no estudo do problema, na interpretação dos seus vários aspectos à comunidade, principalmente aos poderes públicos, e vem exercendo pressão para que o problema passe a ser considerado com a profundidade e urgência devida. Esse Movimento recebe orientação, a seu pedido, do Serviço Social da Prefeitura e oferece campo de treinamento para o trabalho interdisciplinar. JUC

No momento, além das tarefas mais amplas de estudo e interpretação do problema, ocupa-se da execução de um projeto de educação de base numa das favelas, a do Tatuapé, com 1.660 moradores. Já se iniciou um programa de melhoria nas condições sanitárias, mediante participação dos próprios favelados, com a extensão de rede de água, construção de fossas, a constituição de grupos de aprendizado e confecção de trabalhos artesanais para homens e mulheres, para aumentar a sua capacidade aquisitiva, assim como cursos de alfabetização para adultos e grupos de recreação para crianças e jovens.

Esse Movimento recebe auxílio financeiro de particulares e alguns subsídios oficiais.

A experiência de organizações voluntárias revelam uma potencialidade da iniciativa privada, de fins não lucrativos, que não pode ser desprezada.

Como se vê as realizações no Brasil são esparsas e ainda fora de qualquer planejamento nacional.

É imprescindível uma perspectiva nacional para o equacionamento de problemas básicos relacionados com habitação, como o uso do solo urbano, sistemas de financiamento ao alcance das classes com baixo poder aquisitivo, a introdução de novas técnicas de construção e outros.

No plano local, o planejamento urbano atualizado e dinâmico, ou pelo menos planos diretores corretivos torna-se imperioso, bem como a revisão dos Códigos de Obras ou Posturas Municipais. Dentre outros pontos, destacam-se ainda programas para aumentar a capacidade aquisitiva das famílias, bem como os de educação de base para ajudá-las a bem utilizar a casa e a integrarem-se satisfatoriamente em novas comunidades.

Muito há ainda por fazer. Enquanto não partirmos para um planejamento nacional e programação local, incluindo a reforma urbana, a habitação permanecerá como um dos mais graves problemas a perturbar seriamente a vida da família e, de modo especial, o desenvolvimento normal da criança.

3) Educação - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1961, estabeleceu as bases da política educacional do Brasil, concorrendo para um grande avanço no encaminhamento da solução dos seus problemas educacionais. Esta Lei veio quebrar a rigidez do sistema escolar, permitindo ainda aos Estados grande autonomia na organização do ensino, na experimentação e escolha de novos métodos pedagógicos. A nova orientação já está sendo introduzida, mas os seus resultados ainda não afetaram o panorama global.

Ensino Primário - Concretizando orientação firmada nos diplomas legais, o Governo Federal adotou novo critério na distribuição das verbas para a educação. Até 1960, cerca de 67% era destinado ao ensino de grau superior e o restante a todo o ensino médio e primário. Atualmente, quase 30% é destinado exclusivamente ao ensino primário, mediante financiamento de programas estaduais.

Os primeiros passos estão sendo dados no sentido de prolongar o curso primário de 4 para 6 anos, nas zonas urbanas e obter a duração de fato, de 4 anos nas zonas rurais.

A meta - reduzir o índice de analfabetismo no País - vem sendo alcançada graças a certas diretrizes traçadas e programadas em curso.

Pelo menos 11 Estados, 4 no Sul (Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Guanabara), 2 no centro-oeste (Mato Grosso e Goiás) e 5 no Nordeste (Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas) adotaram a técnica de planejamento no setor da educação e muitos deles encontram-se em plena execução dos seus planos. Quase todos contam com a ajuda financeira da União e alguns de Aliança para o Progresso.

No Estado de São Paulo, foi executado o primeiro item do programa para 1959-1963 - construção de salas para atender ao "deficit" verificado, o qual se constituía no principal óbice até então. Resta agora a melhoria da qualidade e, sobretudo, a extensão do curso primário de 4 para 6 anos.

No nordeste os programas incluem, além da construção de salas, três grandes itens:

- Aumento da capacidade para formação de professores nas Escolas Normais.
- Formação de regentes de Ensino, mediante preparo especial nas 3ª e 4ª série do curso secundário.
- Treinamento de professores leigos em cursos intensivos em 3 períodos consecutivos de férias perfazendo um total de 1 ano de curso.

Enquanto no Sul há um "superavit" de professores normalistas, no Brasil, 50% dos professores de curso primário não possuem o preparo adequado.

No nordeste está sendo adotado largamente o sistema de Rádio Escolas, as quais vão penetrando regiões sertanejas, de população rarefeita, mediante o uso de aparelhos receptores, de baixo custo, de pilha, prescindindo assim da eletricidade.

Ensino Médio - Compreende dois ciclos, o básico, de 4 anos - Ginásio ou a Escola Industrial - e o segundo que pode ser o Colégio - que prepara para os cursos universitários, como também os cursos profissionais de tipo médio, com mínimo de três anos de duração como Normal professores para curso primário - Secretarial, Química Industrial e outros. Foram criados, há pouco, os primeiros ginásios industriais (1º Ciclo) acadêmico e profissional ao mesmo tempo.

Os ginásios e colégios no Brasil abriram suas portas nestes últimos vinte anos a mais do triplo de alunos que o frequentavam antes. No Estado de São Paulo, as matrículas do curso ginásial aumentaram de 1949 a 1958 de 102%, enquanto no industrial de apenas 9%, não correspondendo este nem ao aumento vegetativo da população, o que é desconcertante no Estado mais industrializado no País (31).

Aliás, não poderia ser diferente com um ensino industrial desvinculado das exigências da tecnologia atual, tolhido dentro de uma legislação obsoleta, vigente até 1959.

Nas diretrizes do programa de educação do Plano Trienal de Desenvolvimento, faz-se uma previsão de aplicação de recursos financeiros de modo a ampliar consideravelmente a rede do ensino primário, ginásial e colegial. É estranho que nenhuma referência se faça ao ensino industrial, ou seja, o técnico de nível médio, quando o País se resente profundamente da falta de profissionais desse tipo.

Valiosa contribuição vêm prestando as organizações SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) criadas há 20 anos, mantidas mediante contribuição compulsória e administradas pelos órgãos das respectivas classes patronais. Provêm o ensino técnico a menores entre 14 e 18 anos, já empregados na indústria ou comércio.

Toda empresa deve encaminhar para as escolas SENAI, hoje 114 no País menores empregados, numa proporção de 5 a 15%, sobre o total dos seus operários qualificados. Os cursos são ministrados dentro do sistema de bloco, isto é, 5 meses na escola e 7 meses no emprego, mediante recebimento de meio salário mínimo durante todo o ano.

Recentemente, iniciou, com grande aceitação, um programa de treinamento na indústria, pelo qual os técnicos do SENAI preparam operários das fábricas para instrutores de menores.

Adapta-se às exigências de cada região, mantém bom padrão de ensino e os menores de lá saem preparados para atender as exigências da mão de obra qualificada, fazendo jus a bons salários.

No panorama geral do ensino é grave o problema da evasão escolar evidenciado pelo quadro abaixo:

- 21 -
 ESCALONAMENTO ESCOLAR DA POPULAÇÃO (32) 1959

ESPECIFICAÇÕES	PARCELA POR GRUPO DE 1.000 CRIANÇAS			
	Nordeste e Oeste	Nordeste	Sul	Brasil
	POPULAÇÃO ENTRE 7 e 14 ANOS (13.806.000)			
Entram na escola primária	46,0	110,0	361,0	517,0
Graduam-se na 4ª Série Primária	2,0	3,0	35,0	40,0
Matriculam-se na 1ª Série secundária	1,5	3,5	17,0	22,0

	POPULAÇÃO ENTRE 12 e 18 ANOS (10.821.000)			
Graduam-se na 4ª série média	0,5	2,0	9,0	11,5
Graduam-se na 7ª série média	0,3	0,8	4,4	5,5
Matriculam-se na 1ª série superior	0,1	0,4	1,8	2,3

De 517 crianças que se matriculam na escola primária apenas 40 chegam até o fim da 4ª série.

Consideram os educadores que estrutura da escola é um dos principais responsáveis por essa evasão e não prosseguimento em níveis mais adiantados: a mesma organização, o mesmo currículo, o mesmo período de aulas e de férias para o Norte e Sul, para zona urbana como para zona rural, em um país já chamado "Os dois Brasis".

O fator miséria interfere de maneira decisiva. Nas zonas rurais, o menor começa a integrar a força de trabalho muito cedo, frequentemente aos 10 anos, ao passo que nos centros urbanos a partir de 14 e mediante autorização especial, a partir dos 12. As necessidades imediatas da família prevalecem sobre a educação da criança.

Verifica-se também nas zonas rurais um certo desinteresse pela escola pois na agricultura de tipo pouco evoluído a alfabetização não é imprescindível ao ganha pão diário. Pesam ainda o nomadismo das famílias, o baixo índice de saúde e a subnutrição das crianças, fatores estes que atuam tanto no campo como na cidade.

Dos 40 alunos que se graduam na 4ª Série Primária, apenas 22 matriculam-se na 1ª série secundária.

O ingresso no curso secundário representa um grande anelo generalizado nas classes populares dos centros urbanos. Representa a esperança de um melhor trabalho a par de uma promoção social.

No entanto, ao terminar o primeiro ciclo, que é de 4 anos, o jovem adquiriu melhor preparo básico, mas nenhuma habilitação profissional. São restritas as possibilidades de emprego no comércio, em

escritórios ou nas repartições públicas, estes últimos muito disputados. Obtidos à custa de muita concorrência, o salário perdura por muito tempo, nos dois primeiros casos, equivalente ao mínimo, que é também devido ao operário não qualificado.

Diante dessa perspectiva e da necessidade premente de mais um salário na família, o jovem abandona seus estudos, principal motivo da queda de 22 matriculados na 1ª Série para 11,5 que completam a 4ª Série.

O segundo ciclo, o colegial, tem a função precípua de preparar para a universidade. Continua alta a queda, pois dos 5,5 que concluem a última série secundária apenas 2,3 se matriculam nos cursos superiores. Nesta etapa já o fator número de vagas nas Escolas Superiores pesa sensivelmente, pois, em 1960, 60 mil jovens apresentaram-se aos concursos de habilitação para as 30 mil vagas dos cursos superiores do País, sendo que 14.567 para as 1.565 vagas de medicina e 12.484 para as 2.810 de engenharia (33).

Diga-se de passagem que as Faculdades de Agronomia, Veterinária, a Universidade Rural do Brasil, não preenchem o quadro das suas vagas, num país onde ainda predomina como parcela majoritária do Produto Nacional Bruto o agro pecuário. As gerações novas sintonizam sua escolha profissional com o ímpeto de industrialização e urbanização do País.

Alfabetização de adultos - vem sendo atendida através de métodos tradicionais, com apreciável resultado. No Estado de São Paulo, por exemplo, entre 1947 e 1961, 1.216.278 adultos frequentaram os cursos e, nesses 15 anos a média de aprovação foi de 64,6% (34). É animador constatar que dos alunos matriculados, mais de 50% são menores de 19 anos (35)

Cultura Popular - Vários grupos e movimentos estudam novas técnicas de alfabetização de adultos, na busca não apenas de métodos mais adequados como também de um instrumento de conscientização, politização isto é, de cultura popular.

Destaca-se o Movimento de Cultura Popular, pioneiro, nascido há 4 anos no Recife, e que deu origem ao Serviço de Educação Popular da Universidade do Recife. Surgiu em seguida o Centro Popular de Cultura, de iniciativa da União Nacional de Estudantes que atua na região nordeste, leste e sul.

O MEB (Movimento de Educação de Base), de iniciativa da Conferência Nacional de Bispos, que vem desenvolvendo, há mais tempo, amplo programa no Nordeste, aí incluídas as escolas radiofônicas.

As autoridades governamentais vêm emprestando seu apoio a esses movimentos, através de subsídios, assistência técnica e outros meios.

4) Proteção Social à Família - A Constituição do Brasil reconhece a família à base do vínculo indissolúvel, confere-lhe proteção especial, preceitua como obrigatória a assistência à maternidade e à infância e o amparo à família de prole numerosa.

Nem o aparelhamento econômico-social nem as leis ordinárias têm favorecido o pleno exercício desses direitos conferidos pela Carta

Magna.

O primeiro grande passo na elaboração de uma política de proteção à família foi dado com a promulgação da Lei Federal 4.266 de 3 de Outubro de 1963, que instituiu o salário-família no Brasil, a qual entrou em vigor 30 dias após sua publicação. Segundo esta Lei, receberá o chefe registrado em qualquer instituto de previdência, por filho menor de 14 anos de qualquer condição, a importância correspondente a 5% sobre o salário mínimo da região, percentagem essa estabelecida para os primeiros 3 anos de vigência da Lei, em caráter experimental.

A porcentagem de 5% provê um subsídio ainda baixo, mas foi necessário vencer a primeira etapa. Os três primeiros anos de experiência darão elementos para uma revisão objetiva.

Programa de grande alcance vem sendo desenvolvido no Estado de São Paulo há uns vinte anos, mediante a aplicação da chamada "Lei de Colocação Familiar, Nº 560 de 27 de Dezembro de 1949, e que de certa forma vinha suprimindo a inexistência do salário-família. Instituiu essa Lei uma verba especial junto aos Juizados de Menores para ajuda à família do menor ou família substituta, para desta forma reduzir o alto número de internações de crianças em estabelecimentos fechados, em consequência apenas do desajuste econômico.

Esse programa expandiu-se consideravelmente na Comarca de São Paulo, pois, em 1954 atendeu 459 menores de 139 famílias, com a verba de Cr\$1.500.000,00 e nove anos depois, em 1963, 25.863 menores de 5.281 famílias foram auxiliados com a verba de Cr\$400.000.000,00. A previsão para 1964 é assistir 6.000 famílias com a verba de Cr\$ 650.000.000,00 (36).

Segundo os estudos recentes, efetuados pelo Juizado de Menores de São Paulo, até agora, 30% das famílias por ele atendidas com esse auxílio tinham seu chefe assalariado, o que poderia causar estranheza, pois essa ajuda deveria ser apenas supletiva de situações anormais. Todavia, à falta do salário-família, não se podia proceder de outra maneira para evitar a desagregação de muitas famílias. Tratava-se de uma ação preventiva que devia ser desenvolvida.

Com a instituição do salário-família, os recursos financeiros atribuídos aos Juizados de Menores passarão a atender somente a famílias que não se enquadrem dentro das exigências daquela Lei.

X Inexiste qualquer programa geral de assistência à família. Poucas são as entidades que oferecem serviços eficazes no reajustamento e fortalecimento da vida familiar, e o fazem em pequena escala. Muitos são os serviços especiais para maternidade e infância, para a gestante, para a mãe solteira, para a criança, para o trabalhador, mas quase nada para a família como unidade.

O nosso sistema de assistência social não observa o princípio: "O objetivo principal do serviço social deve ser manter e fortalecer a família como unidade social básica. Deve-se dar ênfase aos métodos de serviço social capazes de prevenir a desintegração da família, de evitar o afastamento dos indivíduos dos seus próprios lares, de assistir a esposa e a mãe a desempenharem plenamente suas próprias responsabilidades, na manutenção e fortalecimento da família como unidade" (37).

família

Constitui-se necessidade típica dos grandes centros industriais uma rede de organizações como crèches, parques infantis, centros de orientação vocacional, seminários, etc., para atenderem a uma multidão de crianças que na sua maioria permanece inteiramente aos seus próprios cuidados ou de um irmão de 8, 10 ou 12 anos, nunca acima de 14 anos, durante a ausência da mãe. Agrava-se a situação quando o período escolar vigente mais longo é de 4 horas, sendo que considerável número de escolas cobrem apenas 3 horas diárias.

Conforme estimativa feita pelo IBGE, para o ano de 1958, trabalhavam fora do lar, na cidade de São Paulo, 137.294 mulheres entre 20 e 39 anos de idade. Admitindo-se como hipótese a média de 1 filho de menos de 14 anos para cada uma, chegaríamos a um total de 137.294 crianças dentro desse grupo etário.

Segundo levantamento realizado em 1963 (38), a capacidade total de atendimento de crianças de 0 a 12 anos nas escolas em regime de seminário, crèches e parques infantis, na cidade de São Paulo, atinge a cifra irrisória de 23.582, para atender um mínimo, estimado muito por baixo, de quase 140 mil crianças.

Reflexo dessa situação é o número de menores recolhidos provisoriamente pelo Plantão do Juizado de Menores em São Paulo, que de acordo com as estatísticas lá existentes, 28% situam-se entre 10 e 13 anos. Constata-se ainda nesse grupo alta porcentagem de apreendidos por fuga de casa.

5) Proteção à Infância e Juventude

Atendimento médico e alimentar na primeira infância - Através do Departamento Nacional da Criança, do Ministério da Saúde, órgão normativo e executivo, vem sendo desenvolvido através dos postos de Puericultura, amplo programa de assistência médica e alimentar à criança no País.

Esse program têm concorrido definitivamente para a redução do índice de mortalidade na primeira infância nas classes populares dos centros mais desenvolvidos. No entanto, a falta de outros recursos de ajuda à família, na ausência de melhor articulação com os mesmos, quando existem, os Postos de Puericultura perdem grande parte de sua eficácia.

Surge o problema da mãe que divide o leite do recém-nascido com os outros filhos. É a criança infectada pela precariedade de higiene da habitação. É o Posto que, pela carência de pessoal adequado, deixa de propiciar educação sanitária às mães.

Reproduzimos a seguir algumas das conclusões a que chegou a XI Jornada Brasileira de Puericultura e Pediatria (Junho de 1960) (39).

"Está ocorrendo uma transferência de óbito do 1º ano de vida para os imediatamente subsequentes, sobretudo, o 2º e o 3º, fenômeno equivalente a uma "moratória da morte".

"As condições sócio-econômicas precárias (miséria, baixo padrão cultural, falta de recursos da comunidade, analfabetismo, etc.) continuam sendo os fatores dominantes da morbidade e da mortalidades das crianças".

"As medidas preventivas e a educação sanitária das massas na escala em que estão sendo realizadas ainda não têm sido expressão significativa e bem assim os projetos integrados em face do seu reduzido número".

Merenda Escolar - Considera-se que, no período escolar, a principal assistência à saúde da criança deve ser a de uma sadia alimentação. Através da Campanha Nacional da Merenda Escolar, do Ministério de Educação e Cultura, com ajuda de "Alimentos para a Paz" dos Estados Unidos, vem sendo desenvolvido programa de fornecimento de leite para merenda escolar nos cursos primários, através de convênios com autoridades locais. Esta campanha tem contribuído de maneira valiosa não só pela ajuda direta, como pelo estímulo à iniciativa local. Neste ano beneficiou mais de 800 mil escolares no Estado de São Paulo.

Proteção ao Menor - À falta de um sistema efetivo de proteção à família, tanto os serviços especiais para menores abandonados como os Juizados de Menores são procurados por um grande número de famílias em situação econômica precária ou de desajuste por doença ou problemas menos graves de relações conjugais, os quais em princípio, deveriam ser atendidos por agências de proteção à família.

No Juizado de Menores de São Paulo, para citar um como exemplo é de um ponto de vista predominantemente social que vêm sendo atendidos esses problemas, dentro da própria família ou de famílias substitutas, mediante os recursos concedidos pela "Lei de Colocação Familiar" tutela ou adoção.

X Outro aspecto importante a considerar é a cooperação entre governo e particulares no atendimento da criança. O Serviço Social de Menores órgão estadual que administra os estabelecimentos para internação de menores ou infratores, vem, de alguns anos para cá, desenvolvendo ampla articulação com as instituições privadas.

Dos 9.861 menores hoje sob sua guarda, 7.210 estão confiados a um total de 110 entidades privadas com as quais é mantido convênio mediante contribuição mensal "per capita" (40).

O Estado mantém estabelecimentos para internação prolongada de infratores, para reeducação de menores difíceis, para portadores de deficiências físicas ou mentais. Mesmo neste último caso, vem recorrendo a algumas entidades particulares existentes e incentivando a criação de outras.

Esse Serviço realizou, nos últimos 3 anos, um programa de esclarecimento da opinião pública, abrangendo todas as regiões do Estado sobre o problema da criança, no intuito de preparar a mentalidade para uma descentralização dos serviços estaduais, que se concentravam na Capital, à base de participação dos governos municipais e iniciativa particular local. Foram sensíveis os resultados tanto quanto à formação de uma nova mentalidade como à constituição de vários consórcios municipais e de agências locais para tratar do problema da criança, sempre dentro da perspectiva da família e mediante participação da comunidade.

Outro ponto também a considerar é o do trabalho do menor.

Comunidade

O curso primário tem a duração de apenas 4 anos e a Constituição Federal permite o trabalho somente a partir de 14 anos, surgindo daí o chamado "hiato nocivo", isto é, o período que vai dos 11 aos 14 anos, durante o qual os menores permanecem sem atividade regular.

A Constituição outorga aos Juizes de Menores o poder de autorizar o trabalho do menor entre 12 e 14 anos, em casos excepcionais. Na cidade de São Paulo foi concedida média anual de 5.500 dessas autorizações no período de 1957 a 1960. A autorização só é dada após estudo cuidadoso da situação familiar e das condições de trabalho pretendido, tendo em vista autorizar somente em casos extremos e para serviços que não ofereçam inconvenientes para a saúde e moral do menor.

Já surgiram movimentos de opinião pública e um projeto de lei foi apresentado ao Congresso Nacional, retirado logo após, para modificar a Constituição, reduzindo a idade inicial de trabalho para 12 anos. Registram-se outros movimentos, talvez mais sólidos, contra a inovação.

Esperamos que o princípio já estabelecido seja mantido e que um esforço real se faça no sentido de propiciar escola até os 14 anos de idade, e não diminuir a idade legal para o início do trabalho. Para as situações extremas, já há o recurso da autorização especial. É verdade que vêm sendo concedidas em grande escala, mas o são para suprir necessidades decorrentes de um período de transição.

O trabalho do menor de 14 a 18 anos está sujeito à fiscalização especial, a qual tem sido pouco operante, à falta de melhor definição de atribuições entre os órgãos responsáveis e deficiência de seus respectivos aparelhamentos técnico-administrativos.

O órgão federal SAM (Serviço de Assistência a Menores), dependência do Ministério da Justiça, restringiu-se, até o presente ao cuidado de menores abandonados e infratores, em regime de internato, num total em 1963, de 10 mil na cidade do Rio de Janeiro e 8 mil em outros Estados.

O assunto tem sido tratado severamente pela imprensa e várias comissões já foram encarregadas de estudá-lo. Em Maio de 1963, foi nomeada pelo Governo Federal uma Comissão, a qual em Setembro desse mesmo ano apresentou o resultado dos seus trabalhos um anteprojeto da instituição da "Fundação Nacional do Bem Estar do Menor" e consequente extinção do SAM, diretamente subordinada ao Presidente da República (41).

Essa Fundação terá por objetivo fundamental "formular e implantar a política nacional do bem estar do menor, mediante estudo do problema, planejamento das soluções orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executam essa política.

Entre os princípios firmados, destaca-se "assegurar prioridade aos programas que visem a integração do menor na comunidade através da assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos".

A Fundação subvencionará os órgãos regionais, estaduais, locais, entidades particulares, e apenas excepcionalmente administrará serviços.

A natureza jurídica adotada procura livrá-lo da burocracia de administração rotineira, permitindo-lhe assim o dinamismo que lhe é necessário para produzir frutos.

A estrutura técnica administrativa prevista favorece a atuação dos técnicos e reduz a interferência política, garante a adaptação dos programas a cada região do País e autonomia dos órgãos regionais e locais. No artigo financeiro, vincula 3% da receita tributária anual para os seus programas, sem o que nada poderia realizar. Resta agora o encaminhamento do projeto pelo Executivo ao Legislativo.

A CONTRIBUIÇÃO DA UNICEF NO BRASIL

A UNICEF iniciou sua prestação de Serviços ao Brasil, em 1950, tendo sua atuação até 1957 se concentrado em fornecimentos de leite e equipamento para entidades oficiais e particulares de assistência médica às populações, e estipêndios para o treinamento de pessoal auxiliar para esses programas.

A partir de 1957, passou a participar de programas integrados de saúde, resultantes de uma nova concepção, adotada por alguns departamentos oficiais. Esse ano marcou também o início de uma ajuda das mais significativas - cooperou com equipamento para a montagem da primeira fábrica de leite em pó no País, abrindo assim caminho para uma possível auto suficiência no abastecimento do leite.

Além da cooperação com vários programas de nutrição, clube de mães, fabricação de vacinas e outros, é de se destacar a ajuda, que ultimamente, passou a fornecer aos programas de preparação de pessoal para o ensino primário e auxílio também em equipamento e matéria escolar para cursos primários em regiões subdesenvolvidas.

A colaboração da UNICEF no treinamento de pessoal é um dos pontos marcantes da sua atuação no Brasil, sendo que nos primeiros anos no preparo de pessoal para atendimento da saúde da criança, e nestes últimos tempos também para o ensino primário.

Verifica-se através da evolução da ajuda da UNICEF no Brasil, uma linha de ampliação para outros programas básicos, além dos específicos de saúde da primeira infância, o que corresponde às necessidades reais do País (42)

V - Medidas a serem tomadas para a melhoria da situação da criança e da Juventude

1) Integração do Bem Estar Social no Planejamento para o Desenvolvimento.

Não se concebe desenvolvimento econômico divorciado do social. A valorização do homem, mesmo não considerado em toda sua dimensão humana, mas ao menos como um dos fatores da produção, deve estar incluída em qualquer programa de desenvolvimento. Um certo grau de higiene, ser alfabetizado, ser possuidor de um preparo profissional atendem aos reclamos atuais da força do trabalho.

O primeiro passo no processo de planejamento será definir a área funcional do bem estar social e caracterizar os problemas que devem ser cobertos, tendo em vista as peculiaridades de cada país ou re-

gião em dado momento histórico.

Selecionadas e caracterizadas as áreas, vem a necessidade de investigar a extensão do problema, ou melhor, quantificação das necessidades. Em certos setores, a quantificação é problemática mas não deve ser considerada impossível.

No momento da estimativa das necessidades, estas devem ser definidas não apenas à luz de um mínimo absoluto estimado por especialistas das ciências humanas, mas em confronto com o mínimo desejado pelas sub-populações, o mínimo viável dentro da conjuntura político-administrativa econômico-social e com o máximo em função dos recursos atuais e potenciais.

2) Formulação de uma Política do Bem Estar Social Centrada na Família e em Base Comunitária.

Consideramos aqui o "bem estar social", não como característica de um Estado, mas como uma das áreas de atuação própria a qualquer Estado, seja qual for o seu estágio de desenvolvimento. A natureza, extensão dessa área e suas vinculações com outras é que variarão conforme as condições peculiares a cada país.

A política do bem estar social resulta de uma tomada de posição pelo governo, face aos problemas sociais, visualizados no contexto da realidade nacional, consubstanciada num corpo de diretrizes e num sistema técnico administrativo para o seu tratamento.

O Brasil, como a maioria dos países latino americanos, ainda não elaborou sua política do bem estar social, salvo em certos setores como a Previdência Social, já instaurada em toda a América Latina.

Esta política deverá, a nosso ver, ser centrada na família e desenvolvida em bases comunitárias.

É a família a célula da vida social onde se forjam os homens e ao mesmo tempo onde se fundamenta e se fortifica a própria estrutura social.

Nesta passagem brusca de sociedade rural arcaica para a sociedade urbana industrializada, a família vem sendo seriamente afetada, não apenas pelas necessidades sociais oriundas dos encargos naturais, que se tornam cada dia mais onerosos, como também pelas profundas alterações sofridas em sua própria estrutura.

O fortalecimento econômico e social da família apresenta-se como a pedra angular de qualquer política do bem estar social.

As comunidades, organizadas à base geográfica ou por centros de interesse, captam a grande força associativa do homem, e uma vez dinamizadas oferecem ao desenvolvimento dos programas de bem estar social base segura, além de fonte inexaurível de recursos humanos e materiais.

Obter-se a participação ativa da comunidade, desde sua conscientização para os seus problemas, busca das soluções mais adequadas e atuação direta nos programas, ao invés de simples concessão de

benefícios através de um sistema paternalista de Estado ou de classes, constitui-se em garantia de promoção social.

"O desenvolvimento requer que a estagnação seja rompida pelo povo, à medida que ele começa a pôr as coisas em ordem para melhorar suas próprias condições. Se isso é para ser conseguido de um modo democrático, o povo deve cooperar, formar órgãos para tal cooperação" (43).

3) Proteção à Criança e à Juventude Integrada nos Programas de Proteção à Família

O desajustamento do menor é, na sua extensão e gravidade um sintoma e como tal deve ser considerado e tratado. É consequência da indigência e desorganização familiar e fruto das transformações bruscas que atravessa a humanidade na passagem de uma para outra civilização.

A proteção à criança e à juventude deve portanto estar integrada nos programas de proteção à família e formulada numa perspectiva de mudança social.

Nos programas de proteção à família, ressaltamos como elementos fundamentais- salário-família, subsídios familiares e habitação.

Salário-família - torna-se indispensável para atender às necessidades oriundas dos encargos familiares sem atentar-se contra o princípio "para trabalho igual, salário igual".

Já foi adotado em grande número de países e independentemente, parece-nos, do estágio de desenvolvimento econômico de cada um. Assim como em qualquer situação há um salário mínimo exigível pelo trabalhador, o salário-família como seu complemento natural deve poder ser coberto. A regulamentação poderá variar mas deve ser admitido como elemento essencial ao regime salarial.

Subsídio familiar - Nos países em fase de desenvolvimento, onde é grande a mobilidade de mão de obra, frequente o sub-emprego e desemprego, merecem atenção especial as famílias cujos chefes não recebem o salário mínimo, ou não estão no gozo dos benefícios da previdência social, ou simplesmente estão ausentes por morte ou deserção.

Essas famílias recorrem a uma constelação de agências, sem encontram solução para o seu problema propriamente familiar. Procuram internar os filhos em estabelecimentos oficiais ou particulares, para garantir-lhes alimentação regular, abrigo e escola.

Uma avaliação sobre o custo desses serviços desarticulados e sobre a eficácia do atendimento prestado, talvez leve à convicção de que um sistema de subsídios à família, administrado através de programa de orientação familiar, seria além de mais eficiente, mais barato e, sobretudo, mais humano.

Acreditamos, no entanto, que esse sistema só é viável nas regiões mais prósperas, pois que nas outrasseria inexecuível face à miséria generalizada.

Habitação - Não se pode pensar em fortalecer a vida familiar, em proteger a instituição família, se não se lhe facilitar a moradia decente e saudável. Por mais complexo e dispendioso que possa parecer, o problema tem que ser equacionado, e soluções satisfatórias senão as melhores, devem ser encontradas.

Um dos primeiros passos é chegar-se a estabelecer o mínimo exigível para uma habitação, não de acódo com os cânones de uma teoria bem elaborada, mas ajustável à realidade econômica e cultural de cada região.

Nos países pobres e com alta taxa inflacionária, coloca-se, indiscutivelmente, o problema do poder aquisitivo cada vez mais reduzido das classes populares.

Dois pontos então devem merecer especial atenção - a capacitação da mão de obra, o que interessa diretamente também ao aumento da produção do país, para aumentar o orçamento familiar, e um sistema de financiamento que enfrente a inflação.

Ao que parece, o sistema de amortização reajustável do empréstimo para aquisição da casa, na medida em que aumenta o salário mínimo, não sobrecarrega o orçamento familiar, e abre boas perspectivas de financiamento.

4) Setores que Exigem Atendimento Especial

Dentro do complexo dos problemas analisados, ressaltam certas áreas que exigem atendimento especial, o qual dependerá das condições específicas de cada país ou região.

1) Programas Básicos de Saúde - Neste setor salienta-se a necessidade de que os programas de atendimento à primeira infância se coordenem com outros que beneficiem a família no seu todo e que as condições de salubridade da comunidade sejam consideradas um pré-requisito.

2) Alfabetização e Preparo Profissional - São pontos nevrálgicos no desenvolvimento econômico como no fortalecimento econômico da família, ao mesmo tempo que prepara o jovem para integrar com segurança a nova sociedade que o espera.

3) Capacitação Rápida da Mão de Obra Adulta - Há toda uma faixa da população, diríamos entre 15 e 30 anos, suscetível de receber treinamento profissional rápido para atender aos reclamos do mercado de trabalho ao mesmo tempo que para aumentar sua capacidade aquisitiva.

Se de um lado prover o mercado de trabalho para um milhão de brasileiros, que atingem cada ano a idade de trabalho, é uma séria preocupação dos governos, não menos grave é a falta da mão de obra pelo menos semi-qualificada para atender aos reclamos desse mesmo mercado de trabalho.

4) Planejamento Urbano - Em países onde o processo de urbanização alcança índices elevadíssimos, o planejamento urbano assume papel de mais alta relevância, para que as cidades venham a ser unidades orgânicas onde se possa viver, trabalhar, encontrar os meios para recriar-se e cultivar o espírito.

As cidades maiores, já por demais comprometidas na sua estrutura urbana, talvez, só lhes reste a adoção de planos diretores de tipo corretivo. O crescimento desordenado dos grandes centros, problema tão sério e generalizado, constitui-se em desafio ao urbanismo na busca de diretrizes e modelos para a sua reorganização em bases humanas.

Serviços Auxiliares da Família - Nos centros urbanos, tornam-se cada vez mais necessários serviços ou agências que se ocupem da criança durante o período de ausência da mãe que trabalha, bem como para ocupar os lazes, até que a estrutura escolar venha a preencher a maior parte do dia do aluno.

Serviços de orientação familiar, abrangendo todos os aspectos da vida familiar também se fazem sentir como algo a que se deve dar atenção muito especial. Nota-se que, por sua natureza, não resultam onerosos e podem partir de grupos voluntários da comunidade, devidamente assessorados.

Recreação para a Juventude - É outro campo quase abandonado que está a reclamar programação ampla e adequada às necessidades das metrópoles.

Educação de Base - O último desta enumeração, mas não o de menor importância. Pelo contrário, avulta como programas exigidos por uma sociedade em mudança como a nossa. Ajuda o homem a inserir-se no seu meio ambiente, devidamente capacitado a atuar com êxito pessoal e a dar a contribuição efetiva que de cada um espera a sua comunidade.

Até agora, os programas, métodos e técnicas, assim como preparo de pessoal especializado nesse campo têm convergido quase exclusivamente para as zonas rurais. Os centros urbanos estão a reclamar o mesmo atendimento dentro do seu condicionamento específico.

5) Prioridades

Nem todos os setores mencionados podem ser atacados ao mesmo tempo. Em todo planejamento, o capítulo das prioridades assume posição estratégica.

O sistema de prioridades deverá levar em conta, parece-nos, entre outros, os seguintes pontos-

- atendimento de necessidades mais urgentes das massas;
- metas, que uma vez atingidas, desencadeiam outras;
- que haja condições de exequibilidade, inclusive receptividade por parte da comunidade.

Nos centros urbanos, em franco processo de industrialização, apresenta-se como ponto crucial criar possibilidades de preparo profissional para os jovens de 11 a 15 anos. Estes jovens, além de se prepararem para enfrentar com muito mais segurança os futuros encargos de chefe de família, passarão, imediatamente, a ganhar um salário complementar dentro da família, repercutindo sensivelmente nas condições de vida dos seus irmãos menores.

Já nas regiões pobres, onde apenas se iniciaram os primeiros programas de desenvolvimento econômico, a primeira meta seja talvez, a recriação de mercado de trabalho. A dinamização dos artesanatos, tão disseminados sob forma primitiva naquelas regiões, sua organização progressiva em sistemas cooperativos, comercialização e colocação do produto ressaltam como itens prioritários. Nesses programas a criação poderia ser iniciada desde os 10 anos de idade.

Evidentemente, a alfabetização constitui-se o ponto obrigatório e imediato para qualquer região.

6) Alguns pontos relevantes no desenvolvimento dos Programas.

Como preliminar, devemos registrar que dentre os instrumentos básicos para a realização do desenvolvimento econômico social se encontram as reformas de estrutura - reforma agrária, urbana, da empresa, bancária, do ensino, das estruturas político-administrativas, do sistema de comércio internacional e outras.

A consciência dessas exigências já se faz sentir no meio do povo, em alguns círculos governamentais, entre técnicos e nos meios universitários.

As fórmulas mais tradicionais de prestação de assistência social de tipo paternalista, seja pelo Estado, pelas classes patronais ou por entidades de benemerência, sofrem duras críticas, como alienadas da realidade do momento.

Os programas de bem estar social, dentre eles os de proteção à criança e à juventude devem ser pensados à luz de uma mentalidade inteiramente aberta a essas transformações estruturais.

Execução coordenada e Programas Associados - Os primeiros passos dados na direção do planejamento, nem sempre garantem um bom grau de coordenação entre os programas. Velhos hábitos de trabalho em áreas estanques, de tipo individualista ou ainda através de equipes fechadas em si mesmas, constituem-se em bloqueios a uma ação coordenada entre diferentes departamentos e serviços.

Talvez o primeiro estágio seja o dos programas associados, através dos quais se procura, ao menos evitar a duplicidade de atendimento numa mesma área e obter suplementação mútua entre serviços que tratam de diferentes aspectos do mesmo problema.

A organização de comitês integrados por profissionais de diversas especialidades para estudo de problemas, elaboração de projetos experimentais, assim como para execução conjunta entre várias agências poderá ajudar a desenvolver maior capacidade para os programas coordenados.

Contribuição do Processo de Desenvolvimento de Comunidade

A eficácia de qualquer programa de bem estar social está condicionada a que seja formulado dentro de uma perspectiva da comunidade e executado mediante utilização das forças comunitárias, instituições, grupos organizados, líderes naturais, etc.

O sistema de serviços integrados para os programas de bem estar social, em franca aceitação como exigência da técnica do trabalho social, encontra na mobilização da comunidade a sua linha básica de ação.

O processo de desenvolvimento de comunidade, amplamente difundido nestes últimos 10 ou 15 anos, em várias partes do mundo, vem produzindo excelentes resultados. Promove a melhoria das condições de vida das comunidades locais ao mesmo tempo que seu amadurecimento, mediante ativa participação e ação cooperativa dos seus membros e ajuda de agentes externos.

Constitui-se esse processo num coadjuvante, a nosso ver, imprescindível, dos programas de desenvolvimento econômico social.

Estes programas, por seu caráter de amplitude e por decorrerem de decisões de cúpula, encontram muitas vezes ao serem implantados, resistências, mesmo pela inércia, das comunidades locais despreparadas. Mesmo nestes casos ocorrem modificações nos padrões de vida, as quais, no entanto são incorporadas pelas populações, nem sempre conscientemente, e não raro de maneira pouco satisfatória.

Os frutos sociais desses programas são demorados, de onde resulta um sentimento de frustração, acentuado pelo processo ascendente de conscientização das populações subdesenvolvidas sobre suas necessidades e correspondentes aspirações.

Esses desencontros transformam-se em bloqueios, os quais a nosso ver, podem ser removidos em boa parte, mediante a utilização dos programas e processo de desenvolvimento de comunidade.

O desenvolvimento de comunidade oferece oportunidade para a consecução imediata de melhorias de vida para a comunidade, derivando daí um sentimento de superação e auto confiança.

As atividades se processam à base de participação democrática dos cidadãos, o que ainda os prepara para inserir-se ativa e conscientemente nos programas de desenvolvimento econômico social, contornando riscos de despersonalização e massificação.

Pessoal Técnico e Pessoal Auxiliar - Um dos pontos de estrangulamento de muitos programas é a falta do pessoal necessário. Os quadros profissionais se ampliam lentamente e não acompanham nem a explosão demográfica nem a expansão acelerada da industrialização. Os técnicos para o planejamento, cientistas e agentes sociais são escassos.

A par de uma política de estímulo e criação de facilidades para ampliar os quadros das profissões de nível superior, faz-se mister uma atitude realista frente a condição de país subdesenvolvido.

Não é possível suprir-se em pouco tempo, no Brasil, e noutros países latino americanos, o grande "deficit" de profissionais que suas estatísticas revelam, não só pela pressão do tempo como pela exiguidade de recursos econômicos para seu preparo e futura remuneração adequada.

Não vemos outro caminho senão o da preparação de pessoal auxiliar para todas as profissões que devam engajar-se nos programas de bem estar social.

Aos profissionais com preparo completo seriam reservadas as funções de planejamento, supervisão na implantação, administração e avaliação de programas e mais as tarefas executivas de maior responsabilidade. As outras atividades de campo seriam atribuídas a pessoal auxiliar devidamente preparado, mediante cursos realizados nas suas próprias regiões, como garantia de vinculação à área onde irá atuar no futuro.

Esse pessoal não viria constituir um corpo autônomo, e sim um corpo auxiliar sob a orientação e supervisão de profissionais de preparo completo.

Caberia a cada profissão estudar cuidadosamente o seu campo de ação, as tarefas que lhe incumbem, e com objetividade procurar indicar aquelas que poderiam, sem risco, ser confiadas a pessoal auxiliar.

Surgirão problemas de fixação de competências, de "status", até mesmo de concorrência aos profissionais, mas esses problemas encontrarão solução a seu tempo, e não deveriam sobrepor-se às necessidades prementes da comunidade.

O "grande despertar" das nações sub-desenvolvidas de que fala Gunnar Myrdal, já na fase mais avançada de conscientização das massas é um fenômeno evidente no Brasil que vem pressionando governantes, grupos econômicos, intelectuais e a sociedade em geral.

O País já entrou em profundas transformações, em um clima de tensão, algumas vezes de perplexidade, outras de expectativa, mas sempre confiante nas suas grandes reservas naturais e humanas e na evidência de que a Nação caminha para a maturidade.

"FONTES CONSULTADAS PARA OS GRÁFICOS"

Fonte A - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Delegacia de São Paulo (Gráfico Nº 1).

Fonte B - Coutinho, José de Oliveira - "Óbices para a Solução dos Problemas Médico-Sanitários em Áreas de Subdesenvolvimento" - Arquivos de Higiene e Saúde Pública - Junho de 1963 - Nº96 - pg. 101 - (Gráfico Nº 2).

Fonte C - Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963 - 1965 - Síntese Presidência da República - pg. 23 (Gráfico Nº 3).

Fonte D - Coutinho, José de Oliveira - "Óbices Para a Solução dos Problemas Médico-Sanitários em Áreas de Subdesenvolvimento" - Arquivos de Higiene e Saúde Pública - Junho de 1963 - Nº96 - pg. 101 - (Gráfico Nº 4).

REGIÕES E ESTADOS DO BRASIL (a)

NORTE:

Amazonas

Pará

NORDESTE:

Maranhão

Piauí

Ceará

Rio Grande do Norte

Paraíba

Fernambuco

Alagoas

Sergipe

Bahia

CENTRO-SUL:

Espírito Santo

Minas Gerais

Rio de Janeiro

Guanabara

São Paulo

Paraná

Santa Catarina

Rio Grande do Sul

CENTRO-OESTE:

Mato Grosso

Goiás

(a) Conforme PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL 1963 - 1965 - Síntese Presidência da República, pg. 84

UNIDADES DA FEDERAÇÃO POR ZONAS (a)

NORTE:

Rondônia
Acre
Amazonas
Rio Branco
Pará
Amapá

NORDESTE:

Maranhão
Piauí
Ceará
Rio Grande do Norte
Paraíba
Pernambuco
Alagoas
Fernando de Noronha

LESTE:

Sergipe
Bahia
Minas Gerais
Espírito Santo
Rio de Janeiro
Guanabara

SUL:

São Paulo
Paraná
Santa Catarina
Rio Grande do Sul

CENTRO-OESTE:

Mato Grosso
Goiás
Distrito Federal, Brasília

(a) Conforme ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1962; IBGE /
Conselho Nacional de Estatística, pg. 335.